



POL 1 - O Papel da Rede Pró-Rio: Debate e Ação Pública sobre o Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro.

A dinâmica do emprego formal no Estado do Rio de Janeiro – 2010 - 2019

Clician Oliveira – Corecon/RJ
Denise Guichard Freire – IBGE
Katia Cilene M. Carvalho – IBGE

Dia 25/03/2021

Objetivo

- Analisar a evolução do emprego formal nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) de 2010 a 2019 em comparação com os de outros Estados.
- Esse estudo aponta que a mudança no mercado de trabalho na economia brasileira, resultante da redução do crescimento a partir de 2015 e da reforma trabalhista em 2017, implicou em nova desconcentração no mercado de trabalho formal, afetando principalmente as metrópoles.
- Este impacto tem sido maior no ERJ devido à sua especialização na exploração de petróleo e gás e em atividades de serviços.
- O ERJ tem registrado os piores indicadores de mercado de trabalho no Brasil.
- O diagnóstico é que os mecanismos para reativar a economia do ERJ em termos de empregos e renda possuem menos potencial de dinamização em relação a outros estados, sobretudo porque estão atrelados ao mercado internacional de petróleo e houve reorientação estratégica dos investimentos no setor no Brasil.

Referencial teórico

- Ramos e Ferreira (2005) examinaram a **evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro** no período pós-abertura comercial, **1991 a 2003** destacando suas dimensões espacial e setorial.
- O trabalho utilizou duas bases de dados: a Pesquisa Mensal de Emprego - PME que cobre seis das principais regiões metropolitanas do país, as quais respondem por cerca de $\frac{1}{4}$ do mercado de trabalho nacional. E a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, com cobertura nacional e que, portanto, tornou possível analisar em detalhes as mudanças espaciais.
- Segundo os autores, a utilização dos dados das PNAD permitiu abordar, de forma mais completa a questão da informalidade e, como resultado, esclarecer melhor alguns pontos tão enraizados na visão das pessoas que, em certo sentido, podem ser encarados como mitos.

Referencial teórico

- Destacaram que na medida em que o **segmento industrial** ainda é um **reduto de empregos ao abrigo da proteção da legislação trabalhista**, a migração de indústrias e a instalação de **novas fábricas fora do eixo metropolitano fizeram com que a PME captasse a destruição de postos de trabalho protegidos, mas não a geração de outros.**
- Citam como exemplo o processo de despolarização do emprego na indústria ao longo dos últimos anos, ressaltando a redução da importância desse segmento nos centros tradicionais com destaque para a região metropolitana de São Paulo, e expansão em novos polos, como o próprio interior do estado de São Paulo e estados adjacentes: Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, entre outros.

Referencial teórico

- Colocam também que ao contrário do que é muitas vezes aceito como verdadeiro, o **crescimento da informalidade metropolitana parece estar pouco relacionado** com a realocação setorial da força de trabalho ocupada, ditada acima de tudo pelo processo de **terciarização**.
- Os autores concordam que o **setor de serviços**, caracterizado por uma grande incidência de vínculos informais, cresceu em termos relativos no meio metropolitano, enquanto a indústria, segmento que se diferencia pela alta incidência de postos de trabalho formais, encolheu em termos absolutos e relativos nessas áreas, fazendo com que aumente o grau de informalidade. A sua intensidade explica, no entanto, apenas cerca de 26% do aumento observado. Segundo eles, mais importante parece ter sido um **aumento generalizado das práticas informais — o grau de informalidade triplicou na indústria no período — que aponta para a disseminação de uma “cultura da informalidade” no meio metropolitano.**

Referencial teórico

- Mesmo a indústria sendo um reduto de empregos protegidos, experimentou um aumento no grau de informalidade. Isso fez com que o número de postos de trabalho nesse setor não diminuísse na mesma proporção em que encolheu no período. Esses dois setores são importantes para o entendimento da informalidade, deixando claro que a natureza da ligação entre mudanças na estrutura setorial do emprego e mudanças na informalidade não é tão simples quanto parece. Isso porque as razões pelas quais **cada um desses setores contribuiu para o crescimento da informalidade** foram **distintas: no caso dos serviços, foi seu crescimento; enquanto na indústria foi sua crescente informalização.**

Referencial teórico

- Barros, Saboia e Kubrusly (2008) avaliaram a diferenciação do emprego formal no Brasil no **quadriênio 2003/2006**. Nesse período, **a maior parte do emprego com carteira de trabalho assinada foi gerada nas mesorregiões das capitais**, estando concentrada, majoritariamente, no **setor de serviços e comércio**.
- **A indústria estava se deslocando para fora dos grandes aglomerados urbanos em direção às cidades no interior em busca de menores salários**, confirmando uma tendência que já vinha sendo verificada pelo menos desde a década de noventa, como mostra Saboia (2000). Essa desconcentração ocorreu principalmente para o interior dos estados mais desenvolvidos, ou seja, no eixo Sul/Sudeste.

Referencial teórico

- Saboia e Kubrusly (2015) analisaram o movimento de **descentralização da indústria** a partir da recuperação da economia brasileira pós 2003 e verificaram sua possível **contribuição para a redução da pobreza** que ocorreu no País **nos anos 2010**.
- Em termos de desconcentração regional, foi identificado um forte movimento na indústria, com redução da importância relativa das principais mesorregiões, especialmente as regiões metropolitanas de São Paulo, **Rio de Janeiro**, Porto Alegre e Belo Horizonte, e consequente aumento da participação das mais diversas cidades do interior do país, inclusive em regiões mais pobres e menos desenvolvidas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Referencial teórico

- Tal resultado, segundo os autores, pode ser atribuído, principalmente, às políticas locais de atração de investimentos, também conhecidas com “**guerra fiscal**”, onde os **estados** da federação reduzem seus impostos para diminuir o custo de instalação e funcionamento das novas empresas.
- Além disso, os estados procuram facilitar o acesso das empresas a fontes de crédito e a fundos regionais de desenvolvimento. Tal política teria sido complementada pela atuação de alguns **municípios no interior** dos estados, que também reduzem seus impostos e oferecem uma série de vantagens logísticas e de infraestrutura como forma de atrair novas empresas industriais. Este tipo de política conseguiu atrair novas indústrias para o interior do país.

Contexto macroeconômico da economia brasileira

Preços

- Regime de metas de inflação
- Em 22/06/2012, a Petrobras anunciou um ajuste de 7,83% no preço da gasolina na refinaria. Simultaneamente, o governo reduziu a zero a alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), imposto incidente sobre a comercialização de gasolina e diesel, anulando o efeito do primeiro aumento sobre o preço de revenda ao consumidor final. O custo de produção estava pressionado por forte alta do petróleo no mercado internacional
- A inflação permaneceu, em média anual, no patamar de 6,0% e o salário mínimo registrou alta de 10,0% de 2011 a 2014. Os debates acerca das pressões inflacionárias dos serviços na evolução dos preços nesse período se intensificaram.
- Os preços administrados possuem parte dos itens reajustados com base na variação passada dos índices gerais de preço e apresentam grande sensibilidade aos preços internacionais do petróleo e às desvalorizações da taxa de câmbio.

Preço internacional do barril de petróleo

- Impacto sobre a dinâmica econômica do ERJ

No período 2007 a 2011, registra-se elevação geral dos preços das commodities. Contudo, houve, em alguma medida, evolução mais ou menos favorável para diferentes grupos de commodities. No período antes da crise, as commodities de energia apresentaram elevação de seu índice de preço acima da média. Já na crise, houve queda generalizada dos preços, mas observou-se recuperação rápida, especialmente das commodities agrícolas e minerais, com tendência de alta até meados de 2011. (IMF, 2020)

Política macro – 2º governo Dilma

- No início de 2015, diante da desaceleração econômica, o governo Dilma optou por medidas de austeridade que representaram um choque recessivo na economia brasileira. Como argumentam Rossi e Mello (2017), esse choque recessivo foi composto por:
 - i) um choque fiscal (com a queda das despesas públicas)
 - ii) um choque de preços administrados (em especial combustíveis e energia)
 - iii) um choque cambial (com desvalorização de 50% da moeda brasileira em relação ao dólar ao longo de 2015) e iv) um choque monetário, com o aumento das taxas de juros para operações de crédito.

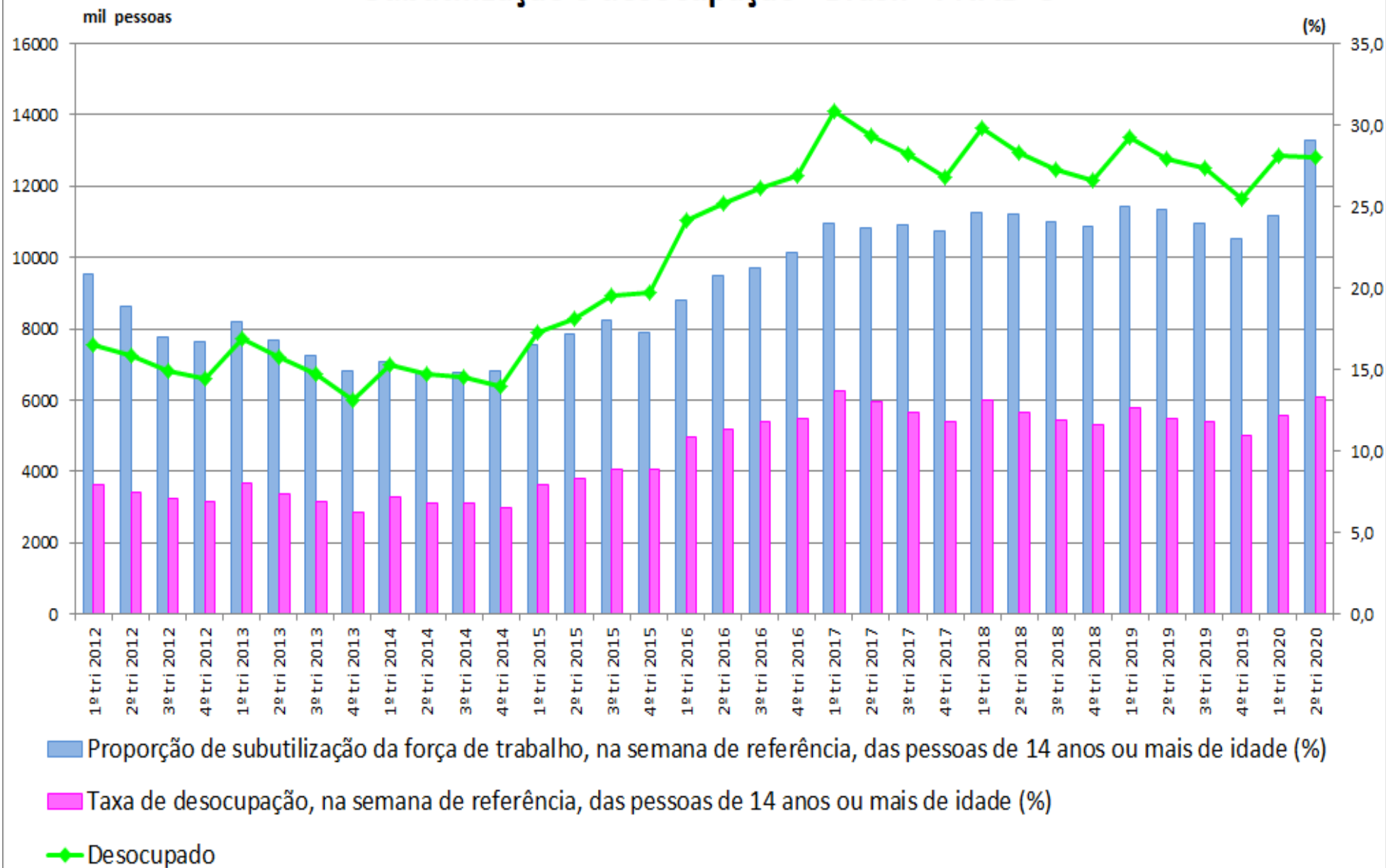
Investimentos

- Política de Investimentos da Petrobrás
- A realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014 que impulsionou um conjunto de projetos de infraestrutura urbana (PROUNI; SILVA, 2012) entre 2007 e 2011.
- Em 2016, foram realizados os Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro (ROCHA, 2017).

Reforma trabalhista

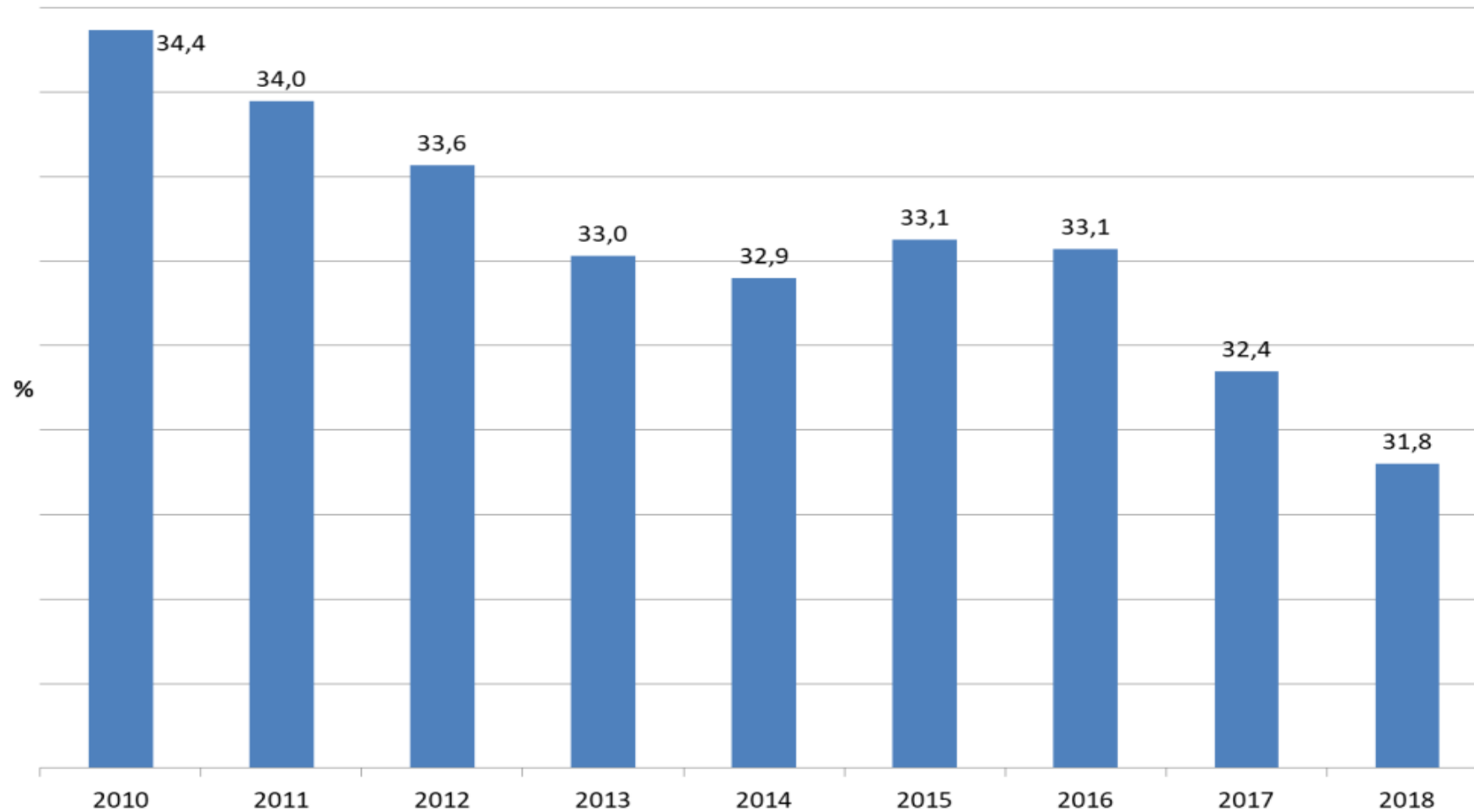
- Promulgada no final de 2017
- Compreendeu a desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro e apresentou como resultado a criação de empregos informais na economia (REFORMA..., 2018)
- Em 2018, a desocupação manteve-se em 12% e a subutilização em 24,6%. O salário mínimo médio mensal foi R\$ 937,00, com crescimento médio anual de 1,8%, abaixo, portanto, da variação anual média do INPC de 3,4%.

Subutilização e desocupação - Brasil - PNAD-C



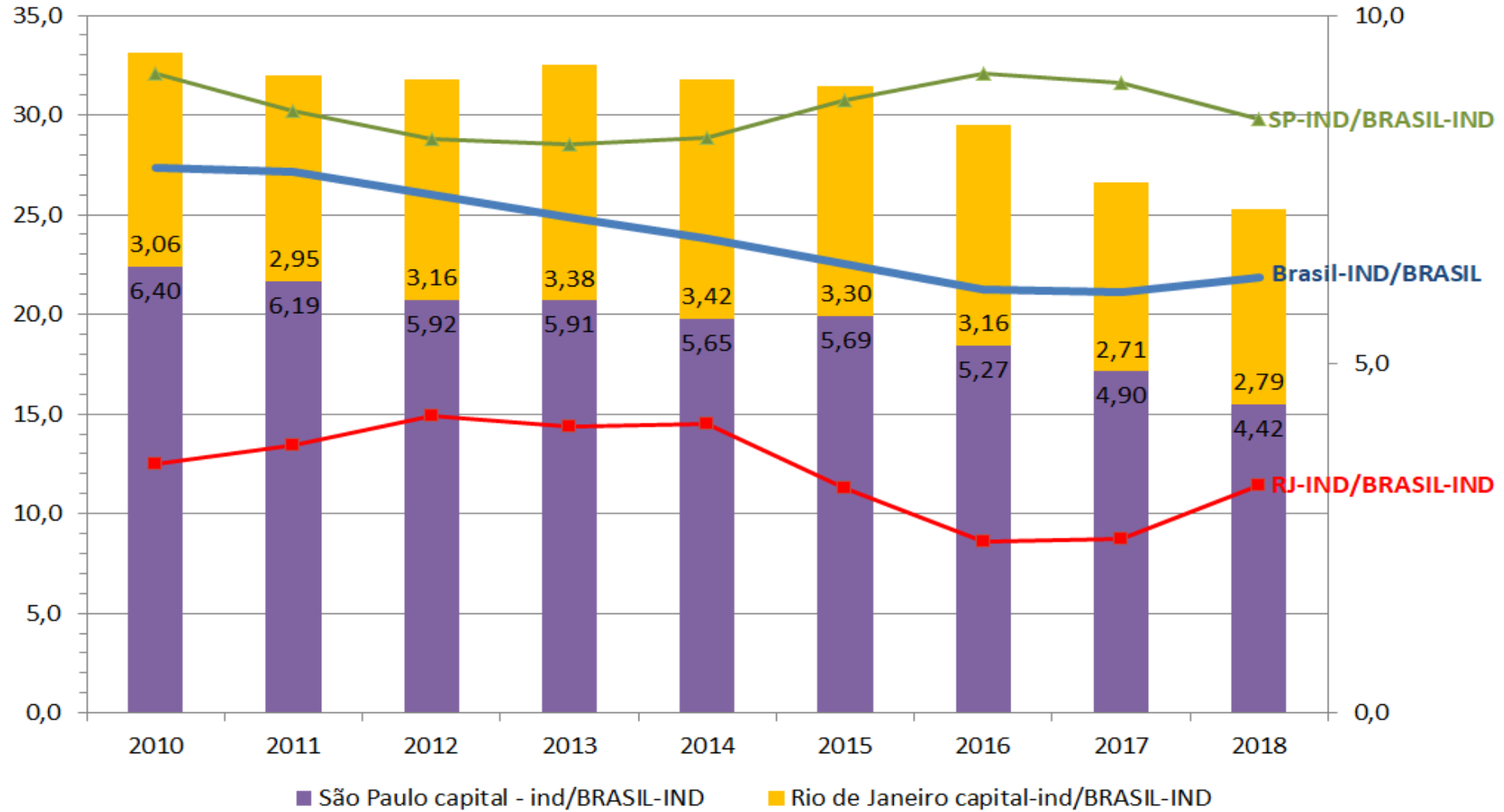
Capitais dos estados

Participação do produto interno bruto a preços correntes dos municípios das capitais no total Brasil (%) - 2010-2018

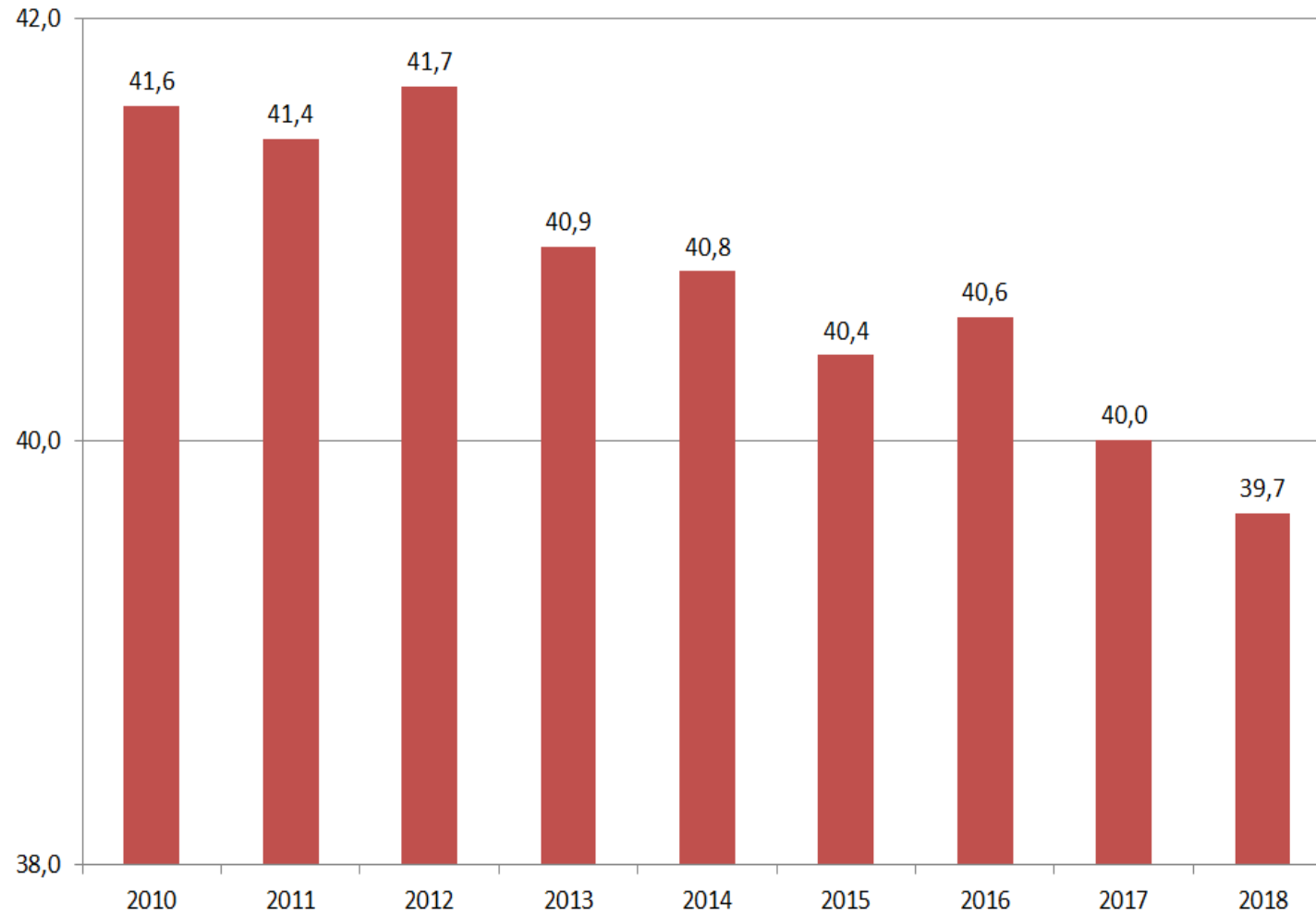


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Participação do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria no total (%) – Brasil, SP, RJ, São Paulo capital e Rio de Janeiro capital- 2010-2018



Participação do pessoal ocupado assalariado nos municípios da Capitais no total Brasil (%) - 2010-2018



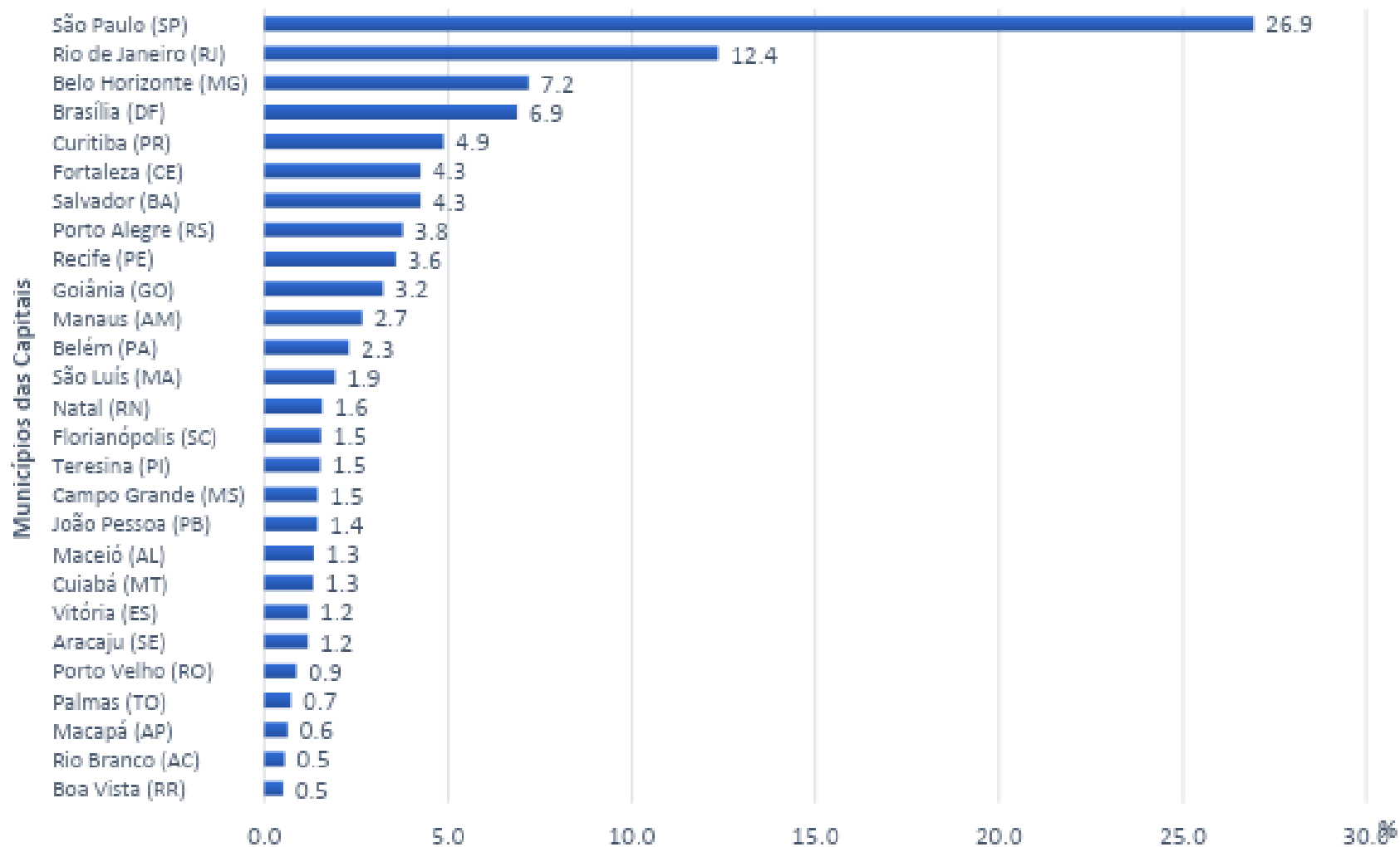
Fonte: IBGE. Cadastro Central de Empresas.

Nº de pessoas ocupadas assalariadas, participação dos grupos de municípios da Capitais no total Brasil e suas respectivas taxas de variação – 2010/2018

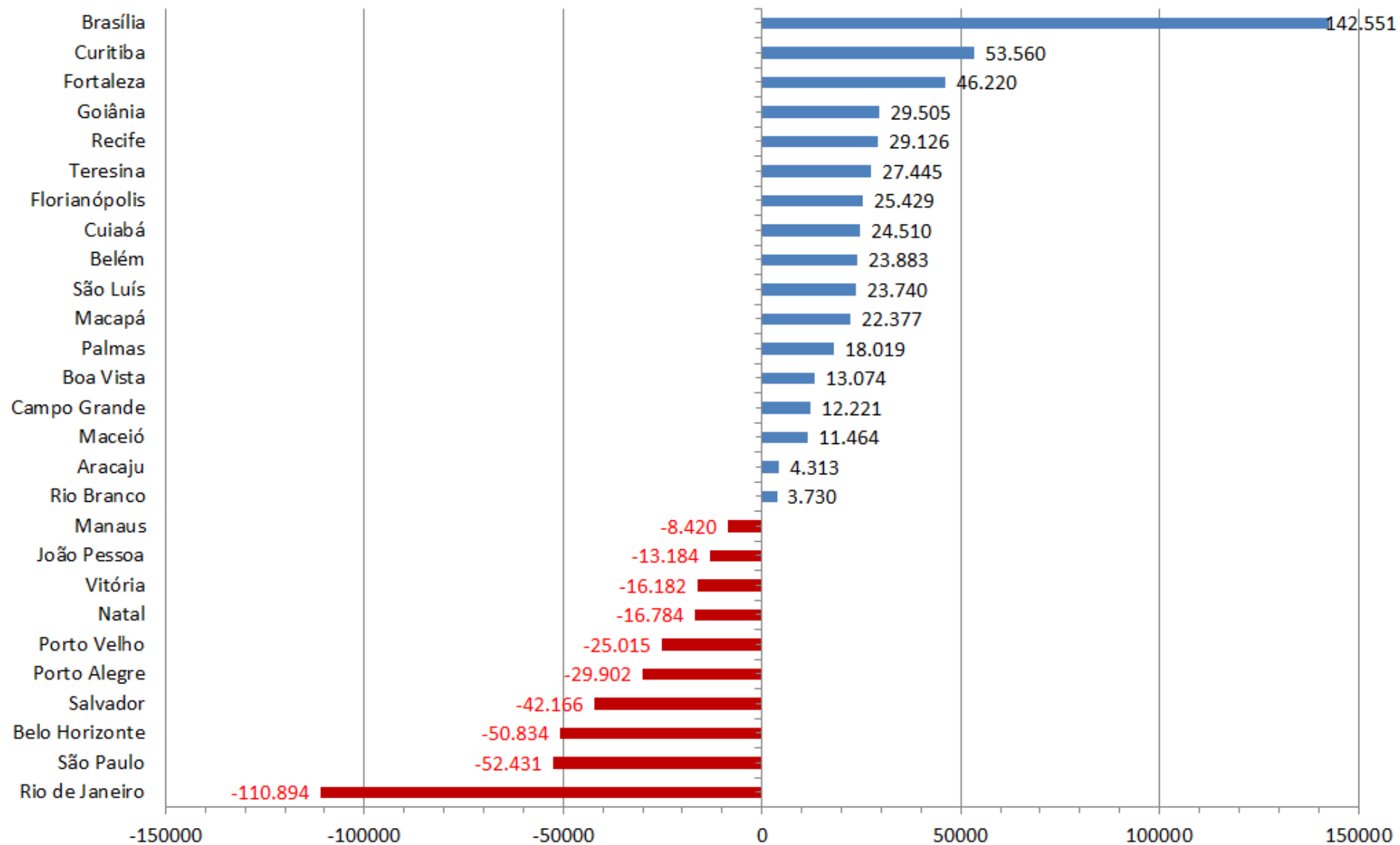
Brasil e grupos de municípios	2010		2018		taxa de variação (%) 2018/2010
	absoluto	participação (%)	absoluto	participação (%)	
Brasil	43.000.578	100,0	45.456.277	100,0	5,7
Capitais	17.882.400	41,6	18.027.755	39,7	0,8
Rio de Janeiro (RJ)	2.338.188	5,4	2.227.294	4,9	-4,7
Municípios com 50.000 hab. ou mais (exceto capitais)	18.149.926	42,2	19.997.002	44,0	10,2
Outros municípios	6.968.252	16,2	7.431.520	16,3	6,6

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)

Gráfico 3: Distribuição do pessoal assalariado segundo os municípios das Capitais e o DF - Brasil - 2018



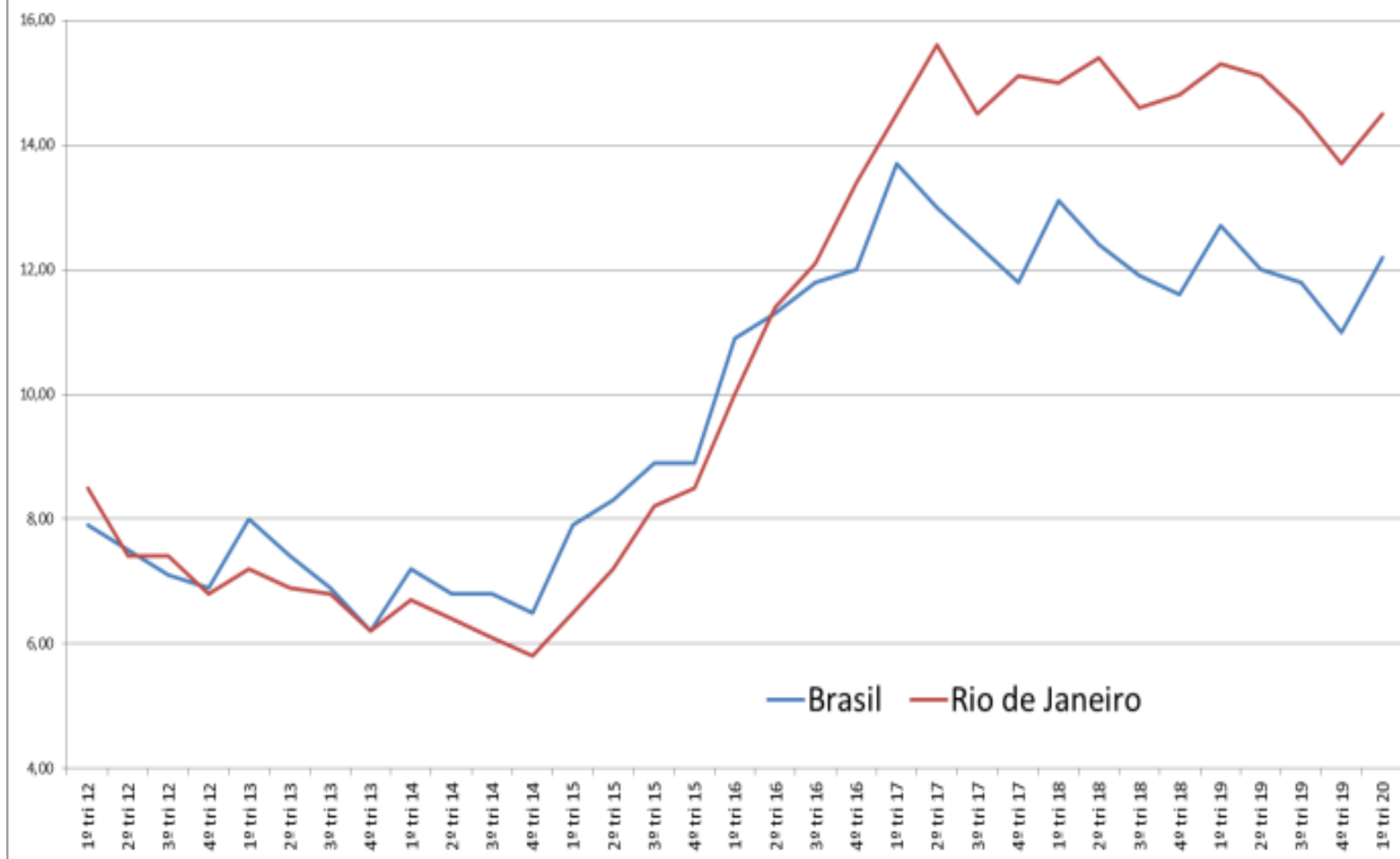
Saldo do nº de pessoas ocupadas assalariadas por municípios das Capitais – 2010/2018



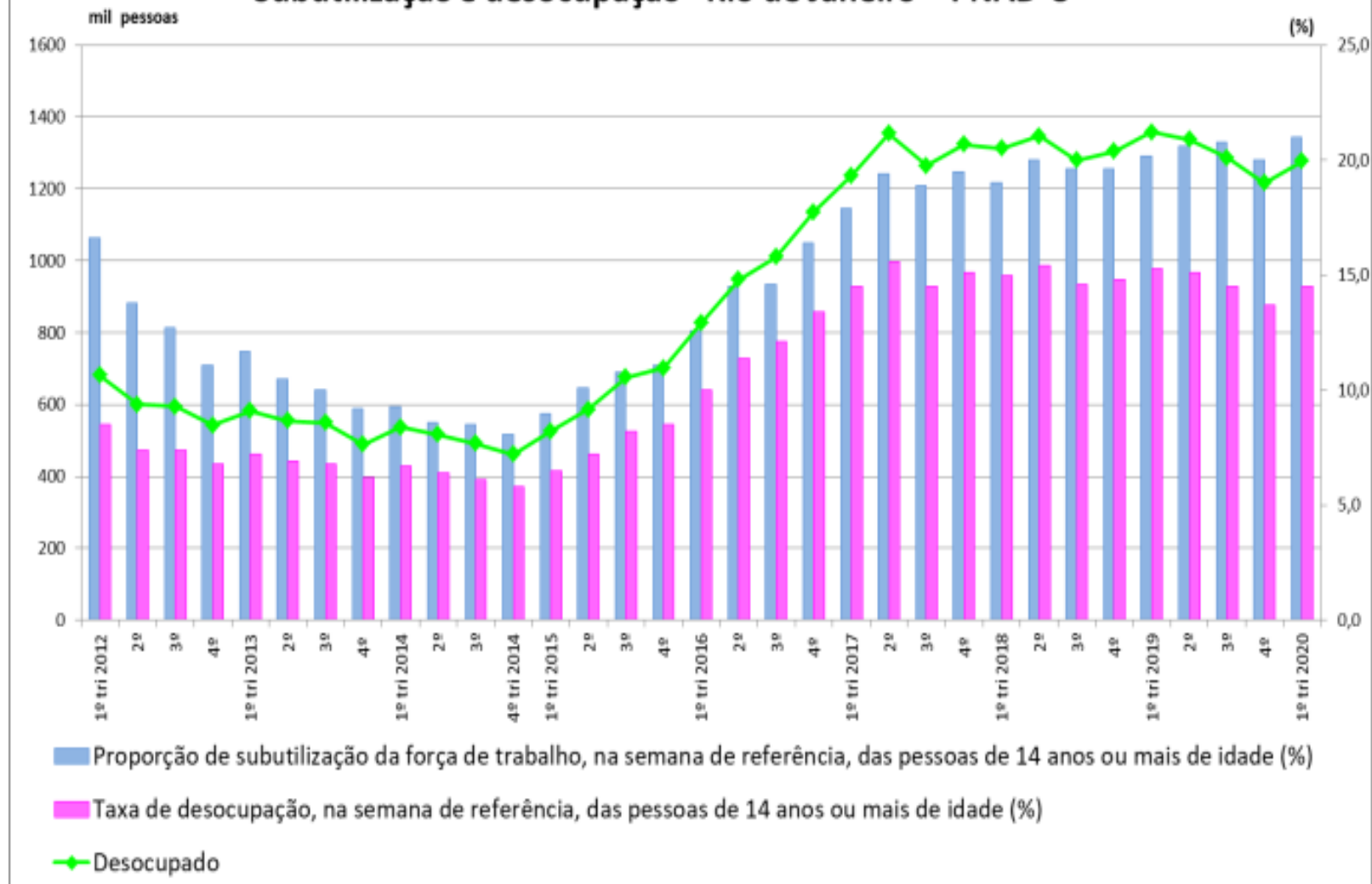
Rio de Janeiro



Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)

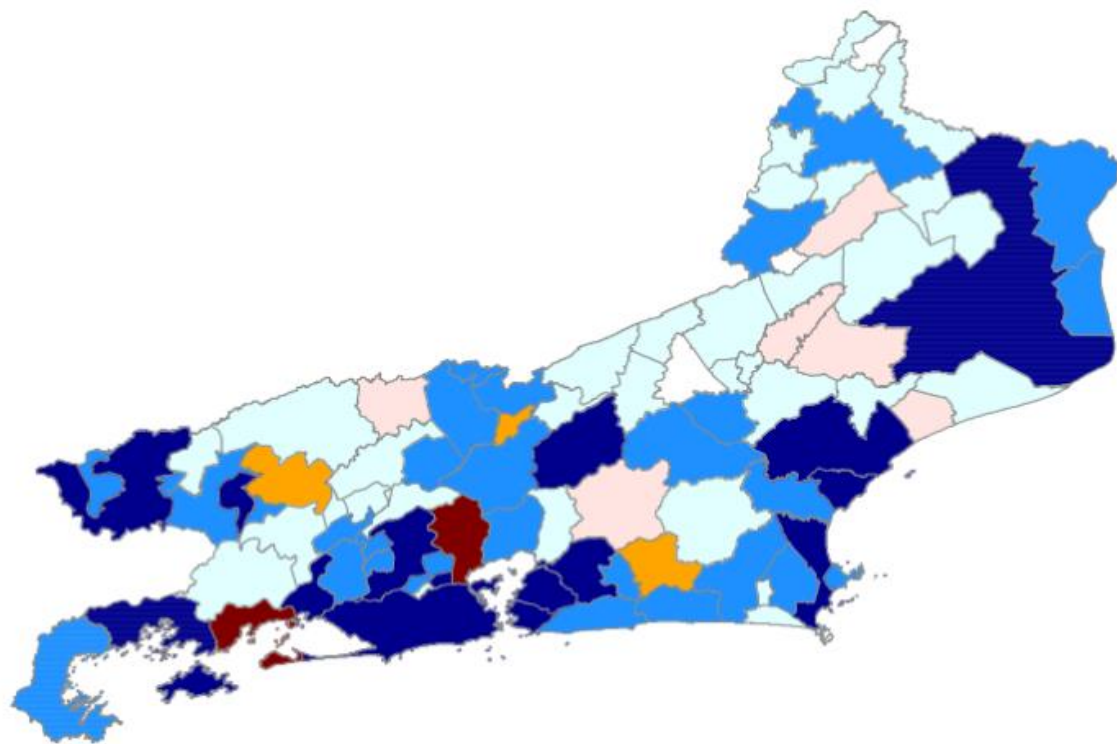


Subutilização e desocupação - Rio de Janeiro - PNAD-C

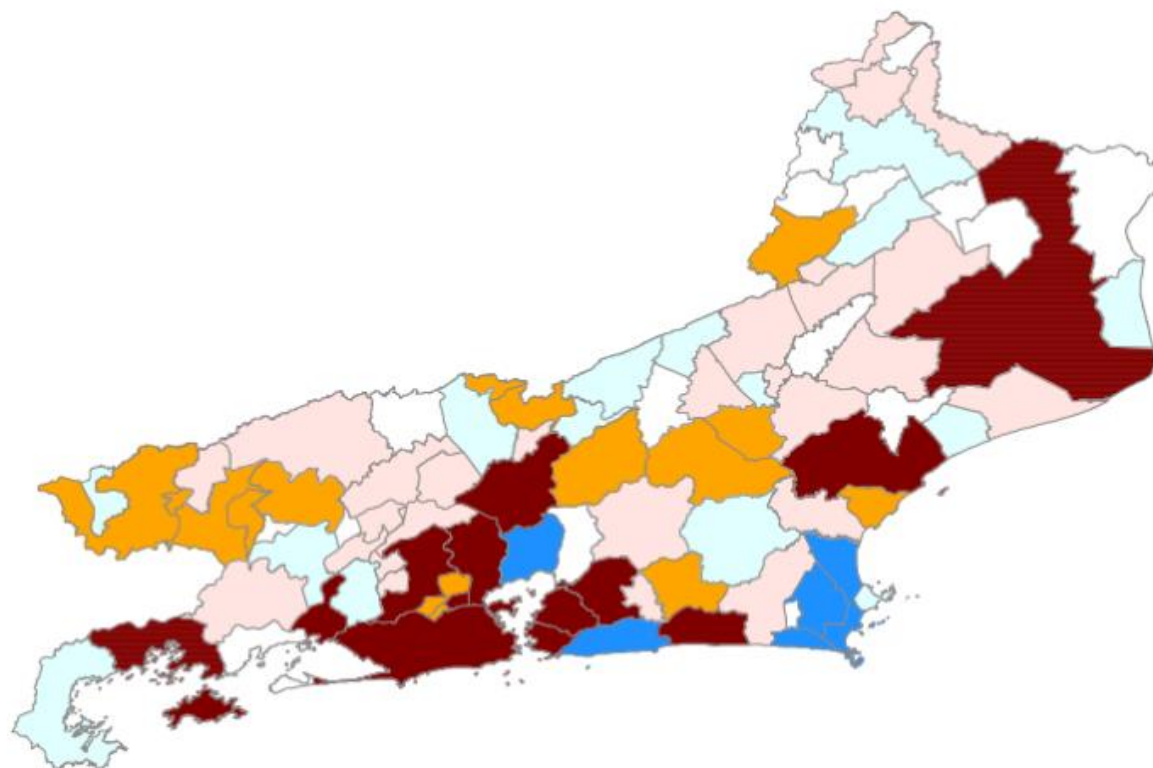


ERJ e grupo de municípios	2010		2014			2018			taxa de var. 2018/2010
	absolutos	part. (%)	absolutos	part. (%)	dif. 2014-2010	absolutos	part. (%)	dif. 2018-2010	
ERJ	4.032.220	100,0	4.557.453	100,0	525.233	3.940.569	100,0	-91.651	-2,3
Rio de Janeiro - Capital	2.338.188	58,0	2.611.515	57,3	273.327	2.227.294	56,5	-110.894	-4,7
Municípios com 50 mil hab. ou mais (exceto a Capital)	1.494.533	37,1	1.724.380	37,8	229.847	1.500.625	38,1	6.092	0,4
Demais municípios	199.499	4,9	221.558	4,9	22.059	212.650	5,4	13.151	6,6




POA 2014-2010



POA 2018-2014



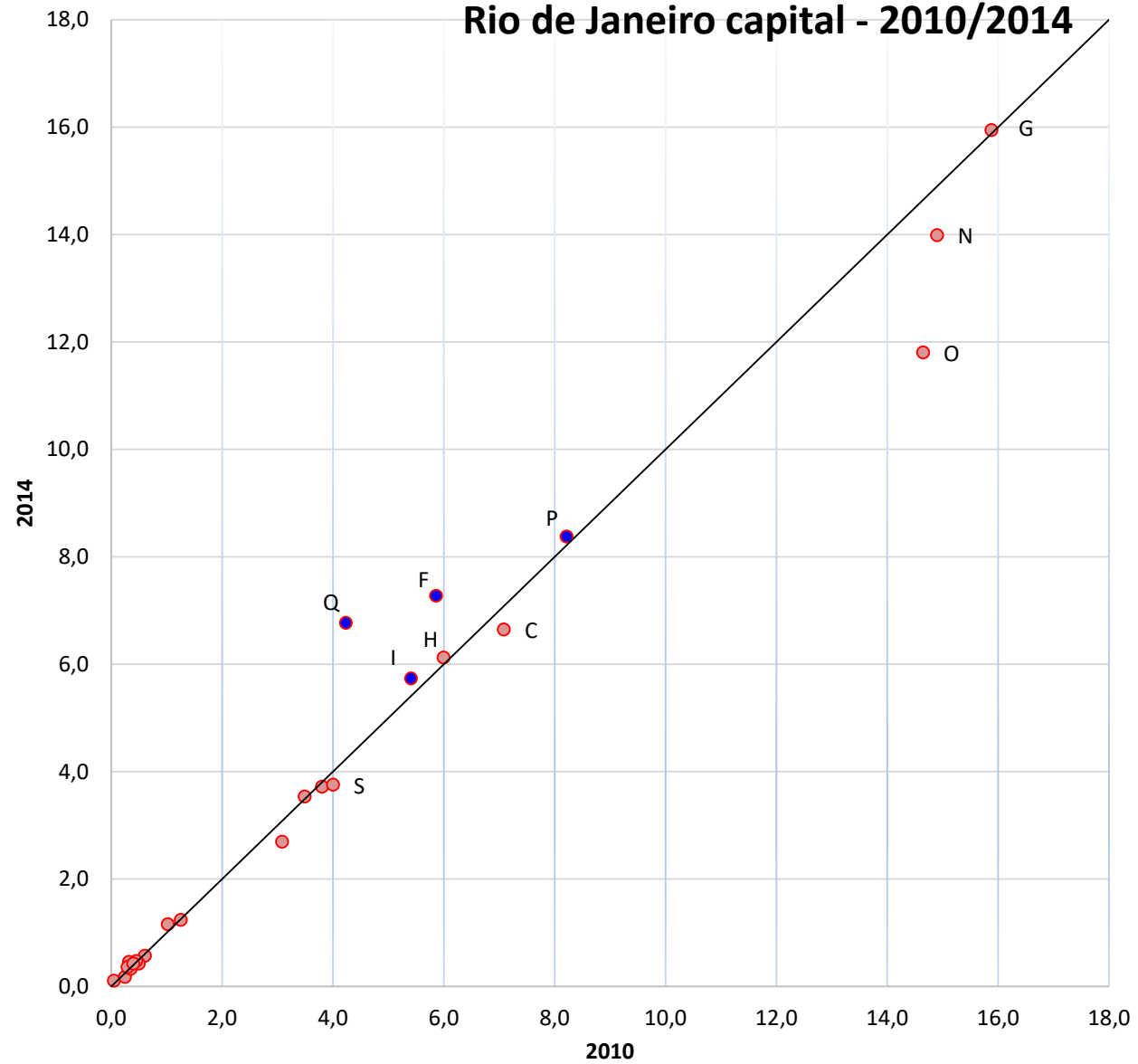
INTERVALOS

 $poa \leq -5.000$
 $-100 < poa \leq -100$
 $poa \geq 5.000$

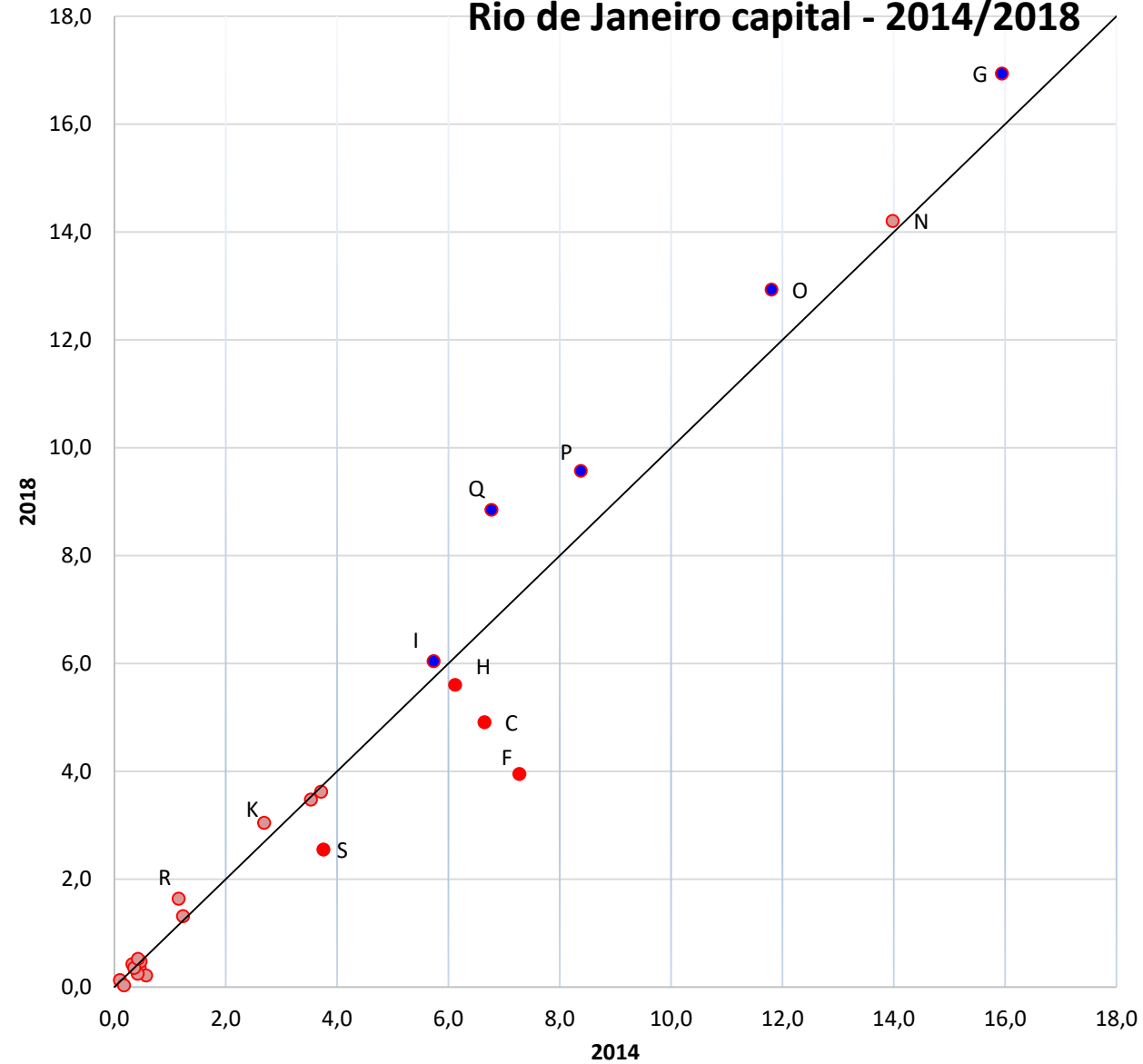
 $-5.000 < poa \leq -1.000$
 $100 < poa \leq 1.000$

 $-1.000 < poa \leq -100$
 $1.000 < poa \leq 5.000$

Participação do nº de pessoas ocupadas assalariadas por atividade econômica - Rio de Janeiro capital - 2010/2014



Participação do nº de pessoas ocupadas assalariadas por atividade econômica - Rio de Janeiro capital - 2014/2018



Considerações finais

- Reestruturar os mecanismos para reativar a economia do ERJ em termos de empregos e renda implica na execução de um plano de desenvolvimento mais amplo que envolva e coordene vários atores econômicos no médio e longo prazos, além de reorientar e diversificar as atividades produtivas no ERJ, em particular as mais intensivas em conhecimento e tecnologia.

Obrigada!